

# PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/2014

Edital nº 044/2014

Especialidade: **SERVIÇO SOCIAL**

**135**

## INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Além deste caderno, você deverá ter recebido o cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova; caso não tenha recebido o cartão, peça-o ao fiscal. Em seguida, verifique se este caderno contém enunciadas **trinta questões**.
- Verifique se o número do seu documento de identificação e seu nome conferem com os que aparecem no **CARTÃO DE RESPOSTAS**; em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções para seu preenchimento; caso contrário, notifique imediatamente ao fiscal.
- A prova vale 100(cem) pontos, sendo 3,33 (três vírgula trinta e três) pontos o valor de cada questão. Quando for o caso, serão procedidos arredondamentos superiormente.
- Cada questão proposta apresenta cinco alternativas de resposta, sendo apenas uma delas a correta. No cartão de respostas, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma alternativa assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Não é permitido portar ou fazer uso de aparelhos de recebimento central de mensagens (*paggers*), aparelho de telefonia celular, qualquer tipo de aparelho que permita intercomunicação, nem material que sirva para consulta ou para auxílio de cálculos.
- O tempo disponível para esta prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas, é de **quatro horas**.
- Colabore com o fiscal, na coleta de sua impressão digital.
- Reserve os quinze minutos finais para preencher o cartão de respostas usando, exclusivamente, caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul.
- Certifique-se de ter assinado a lista de presença.
- Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, que poderá ser invalidado se você não o assinar.

APÓS O AVISO PARA INÍCIO DA PROVA, VOCÊ  
DEVERÁ PERMANECER NO LOCAL DE REALIZAÇÃO  
DA MESMA POR, NO MÍNIMO, NOVENTA MINUTOS.





**01** As atividades de formação profissional envolvem a criação de campo de estágio, supervisão de estagiários bem como a criação e/ou participação nos programas de residência multiprofissional e/ou uniprofissional e a preceptoria de residentes. Uma preocupação central que deve nortear a formação profissional é:

- (A) A assessoria em Serviço Social
- (B) A competência do Assistente Social
- (C) Ênfase nas ações socioeducativas
- (D) O trabalho interdisciplinar e os princípios do SUS
- (E) A educação permanente dos estudantes e residentes

**02** Dentro de uma perspectiva histórica ampla pode-se afirmar que o avanço no enfrentamento da questão social no Brasil impulsionado pelas elites dirigentes ao longo dos anos está relacionado:

- (A) A redefinição do papel do Estado no campo das políticas sociais
- (B) A política de ajustes fiscais e cortes na esfera social
- (C) A um elemento de grande importância para que a modernização capitalista seguisse o seu caminho passivo
- (D) A reabertura política do Brasil com o fim dos governos autoritários
- (E) A medidas destinadas a garantir os direitos sociais e a cidadania

**03** Minayo explica que a pesquisa social possui um ritmo próprio e particular denominado ciclo de pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. Segundo a referida autora, constitui uma das etapas desse ciclo:

- (A) Trabalho de Pesquisa
- (B) Tratamento do Material
- (C) Fase exploratória de campo
- (D) Trabalho de Material
- (E) Abordagem exploratória de campo

**04** De acordo com Minayo, é um dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa social:

- (A) Resumo
- (B) Definição do campo
- (C) Índice
- (D) Título
- (E) Formulação de hipóteses

**05** Quanto ao direito a acompanhante do idoso internado ou em observação é correto afirmar que:

- (A) O órgão de saúde, de acordo com seus critérios, poderá normatizar as condições adequadas para a permanência do acompanhante em tempo parcial
- (B) Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou justificar verbalmente a impossibilidade da autorização
- (C) É considerado idoso para ter o direito ao acompanhante a pessoa com 65 anos ou mais
- (D) Ao idoso internado em Unidade de Tratamento Intensivo é proibida a permanência do acompanhante
- (E) Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito

**06** Tendo em vista o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741), a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- (A) Reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde
- (B) Cadastramento da população idosa em base estadual
- (C) Atendimento geriátrico e gerontológico em hospitais
- (D) Unidades geriátricas especializadas, com pessoal de referência nas áreas de geriatria e gerontologia social
- (E) Atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, no meio urbano

**07** Tendo em vista a Lei nº 8.742 e suas atualizações, para efeito de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na LOAS considere-se pessoa com deficiência:

- (A) Aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
- (B) Aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditárias congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho.
- (C) Aquela cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho.
- (D) Aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) Aquela que tem impedimentos de longo prazo, cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho

**08** De acordo com a LOAS (Lei nº 8.742), o conceito de família para fins de concessão do BPC é:

- (A) Família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
- (B) A família é considerada a unidade mononuclear vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes.
- (C) A família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, o filho não emancipado de qualquer condição menor de 21 anos ou inválido.
- (D) Entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto.
- (E) A família compreende o usuário, cônjuge ou companheiro, filhos menores de 21 anos e os pais, desde que vivam sob o mesmo teto.

**09** De acordo com o Código de Ética do Assistente Social é INCORRETO afirmar que:

- (A) Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.
- (B) O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
- (C) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- (D) O assistente social deve apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos do seu Código.
- (E) O assistente social deve comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar as conclusões do seu laudo nos termos do Código de Ética e da Legislação em vigor.

**10** A Lei 8080/90 discorre sobre a política de saúde (SUS) e, de acordo com o capítulo III sobre a organização, direção e gestão nas esferas municipais, estaduais e nacional, se pode afirmar que:

- (A) Os municípios não poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- (B) Deverão ser criadas comissões permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.
- (C) A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá somente as atividades de alimentação e nutrição, recursos humanos e saúde do trabalhador.
- (D) As ações e serviços de saúde, excetuados pelo SUS, não poderão ter participação complementar da iniciativa privada.
- (E) No nível municipal, o SUS poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura parcial das ações de saúde.

**11** O Código de Ética profissional do Assistente Social além de expressar o amadurecimento teórico-político da categoria, reafirma seu compromisso com diversos princípios fundamentais. Em qual afirmativa abaixo existe um princípio que está INCORRETO?

- (A) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- (B) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- (C) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.
- (D) Defesa intransigente dos direitos dos assistentes sociais e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- (E) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilham dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

**12** O Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 8.080/90 conta, em cada esfera de governo, com duas instâncias colegiadas – a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde e, sobre elas é correto afirmar que:

- (A) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas pelas respectivas secretarias a que estão subordinados.
- (B) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.
- (C) O Conselho de Saúde é órgão colegiado composto por representantes do governo e profissionais de saúde, atua na formulação da política de saúde com autonomia para tomar decisões que dizem respeito ao tema.
- (D) A representação dos profissionais de saúde será paritária em relação aos representantes do governo.
- (E) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada dois anos com a representação de vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para formulação da política de saúde.

**13** A Assistência Social tem por objetivo:

- (A) A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- (B) O amparo às crianças e adolescentes desprotegidos.
- (C) A vigilância socioassistencial, que visa à promoção da integração ao mercado de trabalho.
- (D) A supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- (E) A universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

**14** A “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” é considerada pelo Código de Ética do assistente social como:

- (A) Dever do Assistente Social
- (B) Prerrogativa do Assistente Social
- (C) Direito do Assistente Social
- (D) Vedado ao Assistente Social
- (E) Princípio fundamental

**15** O ECA (LEI Nº8069/90) estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento:

- (A) físico, psicológico, moral, social e familiar, em condições de liberdade e de dignidade.
- (B) físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- (C) físico, moral, mental, familiar e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- (D) físico, psicológico, moral, familiar e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- (E) físico, espiritual, mental, moral e familiar, em condições de liberdade e de dignidade.

**16** Segundo o ECA (LEI Nº8069/90) para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil o Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência:

- (A) médica e social
- (B) médica e psicológica
- (C) paliativa e emergencial
- (D) social e biológica
- (E) médica e odontológica

**17** De acordo com os “Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde”, no desenvolvimento de ações socioeducativas pelos assistentes sociais, destaca-se a seguinte atividade:

- (A) realizar atividades socioeducativas nas campanhas paliativas
- (B) realizar atividades em grupos com os profissionais da equipe e suas famílias, abordando temas de seu interesse
- (C) mobilizar e incentivar os usuários e suas famílias para participar no controle democrático dos serviços prestados
- (D) planejar, executar e avaliar com a equipe de saúde ações que assegurem a saúde enquanto direito
- (E) elaborar planos e projetos de ação profissional para o Serviço Social com a participação dos assistentes sociais da equipe

**18** Destaca-se como ação de articulação dos assistentes sociais na equipe de saúde, segundo os “Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde”:

- (A) realizar a notificação frente a uma situação constatada e/ou suspeita de violência sozinho já que trata-se de uma atribuição privativa do assistente social
- (B) realizar a notificação, junto com a equipe multiprofissional, frente a uma situação constatada e/ou suspeita de violência bem como verificar as providências cabíveis, considerando sua autonomia e o parecer social do assistente social
- (C) realizar a notificação, em conjunto com a equipe multiprofissional, apenas em uma situação comprovada de violência, os casos suspeitos não devem ser notificados
- (D) realizar atendimento em conjunto com a equipe de saúde em casos de maus tratos contra criança e adolescente, cabendo ao assistente social esclarecer os deveres e obrigações dos pais para com os filhos
- (E) não realizar a notificação com a equipe multiprofissional frente a uma situação constatada e/ou suspeita de violência pois essa ação não compete ao serviço social

**19** Para efeito da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), configura violência doméstica e familiar contra a mulher:

- (A) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial

- (B) uma ação ou omissão baseada no sexo que cause morte, lesão, sofrimento, dano psicológico ou patrimonial
- (C) toda ação baseada na opção sexual que provoque morte, lesão e/ou sofrimento físico, psicológico, sexual e moral
- (D) uma ação pautada no gênero que cause agressão, violência sexual e psicológica a vítima sem possibilidade de legítima defesa
- (E) apenas a tentativa de abuso sexual contra a mulher

**20** De acordo com a da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), **NÃO** é considerada forma de violência contra a mulher a violência:

- (A) patrimonial
- (B) sexual
- (C) moral
- (D) mental
- (E) psicológica

**21** De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741) é considerada linha de ação da política de atendimento:

- (A) cadastramento da população idosa em base territorial
- (B) atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios
- (C) serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência
- (D) eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso
- (E) preservação dos vínculos familiares

**22** Para Marilda Iamamoto há uma demanda crescente do trabalho de assistentes sociais na esfera da execução, como também na formulação de políticas públicas e na gestão de políticas sociais e responder a tais requerimentos exige:

- (A) A ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego
- (B) A observação das condições de trabalho que são impostas à profissão e as dificuldades para implementar projetos de intervenção
- (C) O questionamento permanente dos baixos salários e a ausência de um piso salarial para categoria
- (D) O emprego dos instrumentais necessários ao cumprimento da dimensão técnico operativa da profissão
- (E) A crítica radical ao modo de produção capitalista

**23** Há uma tese que sustenta ser a questão social o objeto de trabalho de assistentes sociais e, exatamente por isso, decifrá-la é fundamental. Nesse sentido existe a dupla perspectiva de análise, uma vinculada a possibilidade de captar a presença social e reinventar a vida no cotidiano da vida social e outra que pretende, em linhas gerais:

- (A) Transformar a realidade social por meio da militância política
- (B) Instituir formas criativas de intervenção que apreendam a dimensão subjetiva da população usuária
- (C) Garantir aos usuários, nos espaços macro e microssocietários, um atendimento qualificado que permita desvelar o significado do capital fetiche
- (D) Projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida
- (E) Coordenar, planejar, executar políticas sociais e avaliar a efetividade do exercício profissional

**24** De acordo com o debate de Behring e Boschetti, a opção abaixo que expressa, em sua totalidade, os elementos constituintes da contra-reforma iniciada na década de 1990 é:

- (A) Ênfase nas privatizações / Fortalecimento dos sindicatos / Total desprezo por conquistas consolidadas na Constituição Federal de 1988
- (B) Surgimento do Plano Real / Alteração no viés ideológico de conceitos como solidariedade e reforma / índices de emprego crescentes
- (C) Edificação do neoliberalismo / especulação do mercado financeiro / Construção de uma subjetividade antipública
- (D) Desobrigação das empresas comprarem insumos no Brasil / Balança comercial favorável / processo de desprofissionalização e voluntariado
- (E) Privatizações / aumento significativo dos gastos sociais / Redução da dívida externa e interna

**25** José Paulo Netto afirma que as transformações ocasionadas no nível social não se reduzem às alterações na estrutura de classes e sinaliza que o conjunto de alterações está vinculado às modificações no perfil demográfico das populações, à expansão urbana, ao crescimento das atividades de serviços, à difusão da educação formal, aos novos circuitos de comunicação social dentre outros e todas essas transformações rebatem na estrutura:

- (A) Da sociedade brasileira
- (B) Do capitalismo tardio

- (C) Da oligarquia financeira global
- (D) Do consumo endividado
- (E) Da família

**26** Pode-se constatar que a realização da Residência Multiprofissional é uma das possibilidades que existem para qualificar o profissional ao incorporar *novas competências*. Elas remetem diretamente, mas não de forma exclusiva, à pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização – e que, no caso do Serviço Social, quer dizer conhecimento sobre a realidade social. Os avanços do Serviço Social, até a entrada de 1990, foram substanciais, porém ainda existem debilidades presentes na prática profissional e, para José Paulo Netto, isso se deve por que:

- (A) A instrumentalização profissional ainda é incipiente devido à imaturidade do curso no circuito acadêmico e da situação de vida do alunado, recrutado dos segmentos pauperizados da classe trabalhadora
- (B) A categoria não dispõe de canais suficientes que operem uma efetiva socialização dos avanços plasmados no Serviço Social, tampouco que aproxime os segmentos acadêmicos dos profissionais em exercício
- (C) Na teoria a prática é outra
- (D) Na apreensão das refrações da questão social as vanguardas profissionais desconhecem os entraves do exercício profissional
- (E) O conjunto da categoria profissional ainda é bastante conservador e isso, além de preocupante, fragiliza o Serviço Social na relação política estabelecida com outras profissões de nível superior

**27** O Movimento Sanitário que teve início no final dos anos 70, foi responsável por materializar o conceito ampliado de saúde na VIII Conferência nacional de Saúde (Brasil, 1986). Com base no entendimento de Cavalcanti e Zucco sobre esse movimento é correto afirmar que:

- (A) A saúde passou a ser entendida como produto das condições objetivas de existência e resultado das condições de vida
- (B) O conceito de saúde deve ser compreendido a partir de uma leitura biopsicossocial compartimentado em áreas (mental, física e social) que estão relacionadas ao organismo
- (C) Sua visão só foi incorporada com as Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080 e nº 8.142 de 1990
- (D) Defendia a constituição de um sistema único de saúde universal, gratuito com prioridade das atividades de assistência
- (E) Foi composto por pesquisadores e representantes da sociedade civil, sem a participação de profissionais da saúde

**28** Em relação à ação profissional do assistente social na política de saúde podemos afirmar que:

- (A) A inserção do Assistente Social a partir do processo de descentralização instituído pelo SUS tem se tornado necessária no nível básico de atenção em detrimento aos serviços de saúde de alta complexidade
- (B) Historicamente a saúde é o segundo setor que absorve o maior número de assistentes sociais, ficando atrás apenas da assistência social
- (C) O domínio teórico e técnico dos limites e possibilidades colocados pelo SUS ao assistente social é suficiente para que sua intervenção assegure os princípios do Código de Ética de 1993
- (D) A atuação do assistente social pressupõe um domínio no campo das políticas públicas, principalmente do SUS o que implica um conjunto de saberes sobre o processo saúde-doença, a trajetória da Política de Saúde, Reforma Sanitária e as mudanças com a Constituição Federal de 1988
- (E) O assistente social atua intermediando a relação entre dever do Estado e direito à saúde do cidadão. Todavia sua ação é limitada pelo cumprimento das normas institucionais, devendo nesse caso atender as demandas imediatas e emergências dos usuários

**29** Sobre a inserção do Assistente Social nos serviços de saúde, Costa conclui como sendo o principal produto da ação desse profissional:

- (A) Desburocratizar as ações
- (B) Facilitar o acesso dos usuários
- (C) Assegurar a integralidade das ações
- (D) Mediar às relações sociais
- (E) Agenciamento de medidas e iniciativas de caráter emergencial-assistencial

**30** De acordo com Behring e Boschetti sobre a contra-reforma neoliberal, propagada ao longo dos anos 90, e a política social é INCORRETO afirmar que:

- (A) está relacionada às reformas no âmbito do Estado com ênfase nas privatizações e na previdência social, desprezando as conquistas da Constituição de 1988 no terreno da seguridade social
- (B) O termo reforma foi apropriado de maneira indébita, pois foi destituído de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, como se qualquer mudança significasse uma reforma

- (C) com a “reforma” as políticas sociais foram adaptadas ao novo contexto neoliberal prevalecendo ações preventivas e redistributivas
- (D) O Programa de Publicização foi um dos aspectos da “reforma” que se expressou na criação de agências executivas, das organizações sociais e da regulamentação do terceiro setor
- (E) A “reforma” representou um impacto na capacidade de implementação eficiente de políticas públicas



